

Prezado Dr. ROBERTO IRINEU MARINHO

Presidente de O GLOBO

Senhor Presidente,

A Associação dos Engenheiros da PETROBRÁS – AEPET, entidade de âmbito nacional, com 55 anos, reúne mais de 3000 profissionais das diversas categorias universitárias do SISTEMA PETROBRÁS e tem como objetivos estatutários a defesa da PETROBRÁS, de seu CORPO TÉCNICO e da SOBERANIA NACIONAL.

Em nossa história não foram poucas as divergências com a linha editorial de O GLOBO, diferenças estas naturais, próprias da democracia. No passado, desejando levar esclarecimentos, opiniões e argumentos aos leitores, sempre recorremos ao Dr. ROBERTO MARINHO, que acolheu nossas ponderações, orientando sua equipe a nos ouvir, publicando o contraponto, para que os leitores de O GLOBO pudessem formar, com independência, o seu juízo.

Conduta louvável do Dr. ROBERTO que, esperamos, permaneça orientando a trajetória de O GLOBO.

Nesta oportunidade julgamos oportuno levar aos leitores ponderações, tendo em vista o editorial “RECONSTRUÇÃO DA PETROBRÁS EM ANDAMENTO”, O GLOBO, sábado, 24.09.2016, página 22.

O editorialista transmite aos leitores a idéia, equivocada, de uma PETROBRÁS destruída, quebrada, que “só não pediu recuperação judicial por ser do Estado”.

A PETROBRÁS não necessita ser “reconstruída”. É a maior empresa brasileira. Está de pé. Tem uma dívida expressiva, como, de resto, todas as demais grandes empresas de petróleo. Dívida gerada, sobretudo, pelo congelamento dos preços dos derivados, por quatro anos, na tentativa, equivocada, de controlar a inflação. Procedimento lamentável, registre-se, adotado por vários governos.

Também contribuíram para a dívida a vertiginosa queda dos preços do petróleo, a partir de 2014, de US\$ 140 para até US\$ 29,00 o barril (hoje entre US\$ 45 e US\$ 50,00).

A dívida, em grande parte dolarizada, ainda elevou-se muito, em razão da escalada da moeda norte-americana, decorrência da instabilidade política que culminou com o afastamento da presidente DILMA ROUSSEFF.

Deve ficar claro para a sociedade brasileira que a venda de ativos não é a única solução para equacionar a situação financeira da PETROBRÁS.

O Corpo Técnico, representado pela AEPET, enviou à Direção da Companhia, uma lista de medidas para reduzir, alongar e desdolarizar a dívida. Uma delas é a venda de ativos, que deve considerar, sempre, a conjuntura econômica (ver documento anexo).

O atual cenário não poderia ser pior, para aquela operação: excesso de ofertas, preços de ativos e do petróleo fortemente deprimidos.

Causa-nos muita preocupação a venda de ativos, ora em andamento. A rapidez do processo e as decisões já tomadas pela Administração da PETROBRÁS, em alguns casos sem a cautela e prudência necessárias, podem quebrar a integridade operacional da Companhia. Essa integração é absolutamente necessária na indústria do petróleo. Monopólios privados, estrangeiros, podem assumir setores fundamentais de nossa economia, com prejuízos para os consumidores. Patrimônio representado por ativos estratégicos está sendo entregue a concorrentes, com comprometimento de receitas futuras.

Fatos demonstram a solvência e a solidez da PETROBRÁS. Ela recebeu, neste ano, pela 3ª vez, o maior prêmio da indústria mundial do petróleo, concedido pela OTC – Offshore Technology Conference.

A produção de Óleo e Gás bateu sucessivos recordes nos últimos meses. O PRÉ-SAL já produz mais de um milhão de barris/dia, em prazos extraordinariamente curtos. Às reservas vêm sendo acrescido petróleo em quantidades sempre superiores às produzidas, nos últimos 13 anos. Nenhuma empresa multinacional privada conseguiu repor reservas nestas condições.

Somente a recente valorização do real já reduziu a dívida em mais de 100 bilhões de reais!

O editorialista menciona a necessidade de “mudança das regras estatistas e ilusórias de exploração do PRÉ-SAL”.

A atual legislação, que disciplina a exploração do PRÉ-SAL, atribuindo a PETROBRÁS a condição de operadora única dos consórcios, nada tem de estatizante, uma vez que garante nada menos de 70% dos investimentos para as empresas estrangeiras. Ela nada mais faz do que assegurar ao Estado Brasileiro controle mínimo sobre a exploração de recurso mineral, não renovável, estratégico para nossa economia, desenvolvimento e segurança energética.

Solicitando a gentileza de acusar recebimento desta mensagem, aproveito o ensejo para renovar

Cordiais Saudações,

Ricardo Maranhão

Ricardo Maranhão, é engenheiro, ex-deputado federal e Conselheiro do Clube de Engenharia.